

# Apoio à tese cresce

A idéia de suspender a instalação da Câmara e do Senado, bem como a eleição das respectivas mesas diretoras, já vinha sendo defendida por vozes isoladas desde o início deste mês. O movimento só tomou corpo na noite da última quarta-feira, quando mais de 40 deputados do PMDB reuniram-se no apartamento do baiano Virgildásio de Senna para elaborar o requerimento que será votado hoje pela bancada do partido na Câmara.

Coube aos deputados Egidio Ferreira Lima, Antonio Brito e Nelson Jobim fazer a redação final do documento. Propositalmente, eles evitaram propor medidas concretas para problemas como o tratamento a ser dado à legislação ordinária e a forma de preencher os lugares que permaneceriam vagos na hierarquia sucessória, no caso de não existirem os presidentes do Senado e da Câmara.

Para evitar discussões antecipadas, o requerimento limita-se a sugerir à bancada a remessa de uma moção aos presidentes da Câmara e do Senado no sentido de que sustem a instalação das duas Casas até que a Constituinte venha a se pronunciar a respeito. Na justificação da

medida, ao longo de quatro páginas, os deputados chegam a citar um parecer do pedessista Bonifácio de Andrade defendendo a prioridade da Assembléia sobre o Congresso.

Dos 40 deputados que participaram da reunião de anteontem, o movimento já congregava mais de uma centena no final da noite de ontem. Isto no PMDB, já que o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, considerou a idéia um "verdadeiro casuismo".

O pefelista sabe, e os articuladores do movimento não escondem, que por trás do requerimento há uma série de decisões sendo costuradas dentro do partido. A legislação ordinária, por exemplo, seria examinada por uma comissão de triagem que decidiria se determinado projeto justifica ou não a convocação extraordinária do Congresso. As duas Casas seriam administradas por grupos constituídos com esta finalidade, cumprindo as atribuições burocráticas das mesas. E o sucessor do presidente da República, na falta de dirigentes do Senado e da Câmara, seriam respectivamente os presidentes da Constituinte e do Supremo Tribunal Federal.